



Anais da Assembléia

Nº 83

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 1º DE AGOSTO DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO DO 2º PERÍODO DE SESSÕES ORDINÁRIAS REALIZADA EM 1º DE AGOSTO DE 1978

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Werner Wanderer.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpellini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Darios, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Bufara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Manoel Gaona (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberto e instalado o 2º Período de Sessões Ordinárias, da 4ª Sessão Legislativa da 8ª Legislatura.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 69/78

Curitiba, 22 de junho de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar à Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná — CAFÉ DO PARANÁ, os lotes de terreno sob n.ºs 2-C e 2-D, com as áreas e confrontações que especifica, situados no Município de Guarapuava.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Casa de Leis é de grande necessidade e oportunidade, consultando plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná, vem, de longa data, ocupando tais imóveis, onde atualmente funcionam seus escritórios, almoxarifado, oficinas e garagens. Por outro lado, vale frisar que a doação em questão dará condições a fim de que a CAFÉ DO PARANÁ amplie suas instalações nos referidos lotes de terreno, o que, sem qualquer sombra de dúvida, ensejará sensíveis benefícios à toda Região.

Certo de que a solicitação proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à

Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná, os lotes de terreno n.ºs 2-C e 2-D, com as áreas de 7.297,56 m² e 1.587,00 m², respectivamente, situados no Município de Guarapuava, com frente para as ruas: Xavier da Silva, Brigadeiro Rocha, 17 de Julho e Afonso Botelho, objeto da transcrição n.º 24.274 do livro 3-P, fls. 103, da Comarca de Guarapuava.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

Ofícios:

Sob o n.º 34/78, do Senhor Bel Pedro Gentil Andreolli, Delegado Titular da Secretaria de Estado de Segurança Pública, no qual comunica que assumiu a Direção da Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Dom Romeu Alberti, Bispo de Igreja em Apucarana, agradecendo a atenção que recebeu, nesta Casa Legislativa, por ocasião da outorga do Título de Cidadão Honorário do Paraná. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 002/78, do Senhor José Guilherme L. Cavagnari, Presidente do I.T.C., convidando os Senhores Deputados para participar do I Simpósio Nacional de Ecologia, que será realizado no período de 26 a 29 de setembro de 1978. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 286/78, do Senhor Altavir Zaniolo, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, no qual comunica que encontra-se em funcionamento, em Londrina, na região norte do Estado, a empresa Kamby S/A. - Indústria de Produtos Alimentícios. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 800/78, do Senhor Roberto Leandrini, Presidente da Câmara Municipal de São Caetano do Sul, no qual encaminha a este Poder Legislativo, cópia do requerimento de autoria do Vereador Osvaldo Martins Salgado, objetivando apoio para a aprovação do Projeto de Lei n.º 101/77, em trâmite nesta douta Casa de Leis, que "Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Biomédico". — Ao conhecimento da Casa.

Sob os n.ºs 99, 100, 101, 102 e 103/78, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sido sancionado os Projetos de Lei n.ºs:

16/78 Do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública, a Fundação de Ensino Técnico de Apucarana, com sede e foro na cidade de Apucarana, o qual convertido em lei tomou o número 7.014. — Agradeça-se.

17/78 Do Senhor Deputado Basílio Zanusso, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede na cidade de Terra Rica, o qual convertido em lei tomou o número 7.015. — Agradeça-se.

19/78 Do Senhor Deputado Rosário Pitelli, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, da cidade de Centenário do Sul, o qual convertido em lei tomou o número 7.016. — Agradeça-se.

148/77 Do Senhor Deputado Wilson Fortes, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, da cidade de Paraíso do Norte, o qual convertido em lei tomou o número 7.017. — Agradeça-se.

21/78 Do Senhor Deputado Trajano Bastos, que declara de utilidade pública a Associação de Senhoras Menino Deus -

ASEMED, com sede nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o número 7.018. — Agradeça-se.

Sob o n.º 915/78, do Senhor Deputado Antônio Dias, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no qual comunica que foi aprovado por aquela Casa substitutivo apresentado pelos Senhores Deputados Emílio Gallo e outros ao requerimento do Senhor Deputado Luiz Baccarini, no qual solicitam a manifestação deste Poder Legislativo a favor da anistia, excluindo, de seus efeitos, as pessoas envolvidas, de qualquer forma, em crimes comuns e em condenações, não passíveis de revisão, por crimes contra a Segurança Nacional. — Ao conhecimento da Casa.

Telegramas:

Nos seguintes termos: O SINDICATO RURAL DE MARINGÁ APOIA A CAMPANHA DE AUMENTO DA PRODUÇÃO DE LEITE DO PARANÁ CUJA POTENCIALIDADE SE IGUALA AO DA BAIXADA FLUMINENSE.

AQUI MANIFESTAMOS NOSSA POSIÇÃO DE COOPERAR COM O ESTADO PARA ALCANÇARMOS ESSE ELEVADO OBJETIVO DE ALTO CUNHO ECONOMICO E SOCIAL, POIS BENEFICIA GRANDE PARCELA DE PEQUENOS PRODUTORES E COLOCARÁ O PARANÁ COMO ESTADO QUE PRIMEIRO ATENDEU AO APELO DO FUTURO PRESIDENTE, GENERAL JOÃO BATISTA FIGUEIREDO.

ANNIBAL BIANCHINI DA ROCHA
PRESIDENTE

— Ao conhecimento da Casa.

SUINOCULTORES REGIÃO RIBEIRÃO DO PINHAL NORTE PIONEIRO - PR PREOCUPADOS SUSPENSÃO COMERCIALIZAÇÃO PORCO GORDO ET SADIO PT ANTEVISAM PREJUÍZOS DE VULTOS NÃO SÓ PARTICULAR COMO PRÓPRIO ESTADO UNIÃO ET MUNICÍPIO PT CREEM HAVER PRECIPITAÇÃO PARTE MINISTÉRIO SENTIDO ERRADIAÇÃO ANIMAIS.

NAELCE F. SOUZA — Presidente Sindicato Rural

EDEVAL G. AZEVEDO — Prefeito Municipal

— Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual JOÃO CHEDE, ocorrido no último dia 25 de julho.

O Senhor João Chede, ex-Deputado Estadual, foi Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, pessoa de grande importância em Palmeira, cidade que representava nesta Casa de Leis e, também pessoa de grande valor para o povo paranaense.

Outrossim, pede-se, que a decisão do Plenário seja comunicada à família enlutada.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1978.

(a) Accioly Neto

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja consignado na ata dos trabalhos legislativos, um voto de pesar, à memória de GENEROSO MARQUES DOS SANTOS NETO, falecido aos 15/07/78, nesta Capital.

O extinto era Presidente da Federação do Comércio do Paraná, tendo também ocupado a Presidência do Serviço Social do Comércio, além de ter tido na vida pública do Paraná intensa

participação, quer como membro de uma das mais ilustres famílias paranaenses, quer como chefe de família e cidadão exemplar.

Da decisão comunique-se à família enlutada que reside na Praça Osório, 225 - apto. 101, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1978.

(a) Nilso Sguarezi

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, que se conste em ata um voto de pesar pelo falecimento do pioneiro maringaense OCTÁVIO PERIOTTO, ocorrido no último dia 17. A reverência desta Casa, significa a homenagem do Paraná a um dos fundadores da grande Maringá, e que passou a sua vida trabalhando com ardor e altruísmo em benefícios de muitos.

Octávio Periotto, segundo revela o "O Jornal de Maringá", — "chegou a Maringá em 1948, foi proprietário do Hotel Guaira, o segundo da cidade, localizado no Maringá Velho e, foi também proprietário da primeira sorveteria dessa cidade. Fez parte da Comissão que liderou a construção da primeira igreja católica de Maringá: Igreja Santa Cruz (das Irmãs Carmelitas). Integrou a comissão de construção da Santa Casa de Misericórdia. Participou da comissão pró construção do primeiro campo de futebol de Maringá (SERM). Fundador da Banda de Música Joubert de Carvalho. Foi admitido na Prefeitura Municipal em 15 de dezembro de 1956. Em todo o decorrer de sua vida funcional, desenvolveu as funções de assistente administrativo, fiscal escolar, escriturário, chefe do serviço de transportes e serviço de obras e conservação da Secretaria de Educação do Município. Ultimamente vinha realizando a montagem do Presépio de Natal, na Estação Rodoviária de Maringá, para angariar fundos destinados às obras assistenciais. Na vida política, Octávio Periotto participou uma vez como candidato a Prefeito.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1978.

(a) Valter Pietrângelo

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se consigne na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar, pelo infausto passamento do Senhor JOÃO CHEDE, ex-Deputado Estadual, ocorrido no dia 24 de julho próximo, nesta Capital.

Solicita, outrossim, que da decisão desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1978.

(a) José Domingos Scarpelini

JUSTIFICATIVA:

O Senhor João Chede, como político, foi com brilhantismo, Deputado Estadual do Paraná por três legislaturas, entre os anos de 1947 e 1958. Filho ilustre da cidade de Palmeira, neste Estado, exerceu na vida pública o elevado cargo de Prefeito Municipal daquele município e na particular foi industrial e comerciante e sempre dotado de um humanismo ímpar para com o seu semelhante, cidadão probo, cavalheiro, cumpridor de seus deveres e principalmente, amigo, sem discriminação de qualquer espécie. Exerceu ainda nesta Casa os cargos eletivos de Presidente da Comissão Executiva por duas vezes, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento também por duas vezes, Presidente, Vice-Presidente e membro da Comissão de Tomada de Contas e membro da Comissão de Terras, Colonização e Imigração.

Assim sendo, nada mais justo é a aprovação do presente requerimento, que visa testemunhar e reconhecer o trabalho des-

se ilustre homem público, durante a trajetória de sua vida de chefe de família exemplar e dignidade pessoal.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor HERDELÍNDIO DOMINGOS BAZZO, ocorrido em União da Vitória.

O extinto era pessoa grandemente estimada, um dos pioneiros da Indústria Madeireira na região, onde era bem relacionado.

Uma vez aprovado o presente, requer, outrossim, que se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1978.

(a) Domício Scaramella

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido na cidade de Pato Branco, do Senhor EDUARDO BIGATON.

Homem probo, chefe de família exemplar, agricultor, um dos pioneiros do Município de Pato Branco, onde ganhou a simpatia dos seus concidadãos.

Requer, outrossim, sejam enviadas cópias do inteiro teor do presente, na pessoa da viúva, residente na cidade de Pato Branco; na pessoa de seu filho Valdomiro Bigaton, residente no município de Santa Isabel do Oeste (PR); e de seu irmão, Senhor Pio Bigaton, residente à Rua Albino Torraca n.º 1051 — cidade de Dourados (MT).

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1978.

(a) Luiz Carlos de Oliveira

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, requerem seja o expediente da sessão de amanhã, dia 2 de agosto, dedicado inteiramente à memória do ex-Deputado Benedito Lúcio Machado.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1978.

(aa) Nilso Sguarezi — Líder do MDB

Luiz Roberto Soares — Líder da ARENA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Superintendente Regional do INAMPS, Dr. Roberto Sérgio Corrêa Alves, solicitando providências para as reivindicações formuladas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maringá, em favor da classe beneficiária daquele Instituto, transcritas na justificativa anexa.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1978.

(a) Gabriel Sampaio

JUSTIFICATIVA:

Carta recebida do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maringá. "A Diretoria e Conselho Fiscal do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maringá, sediado nesta cidade, à Avenida das Indústrias, 351, órgão que congrega cerca de 25 mil trabalhadores da categoria, desses, 9.330 filiados ao Sindicato, expressam a Vossa Excelência a preocupação face a atual situação do Sindicato e tendendo a agravar-se, com os problemas a que relacionamos:

Há muito os trabalhadores rurais sonhavam com uma assistência só sua, médica e dentária, sentindo-se realizar —

quando receberam em doação de Ambulatório Médico e Gabinete Dentário, do FUNRURAL, em convênio com o Sindicato. Embora satisfeitos em poder oferecer-lhes tal benefício, a nossa preocupação não foi dissipada uma vez que o valor com subsídio não correspondia para atender as determinações do órgão doador, mas como na época, o Sindicato estava com uma estrutura financeira-administrativa que podíamos considerar muito boa, já não foi de início tão difícil, diante das confirmações do FUNRURAL, que à medida que aumentasse o número do atendimento, aumentaria também o subsídio. Assegurados com base de tais afirmações, ficamos esperançosos.

Diante da promessa que não foram realizadas, o subsídio continuou não correspondendo, e tornando cada vez mais difícil, veio o 13.º e férias, uma vez que recebemos 12 pagamentos e pagamos 14 por ano. Em 1977, nossa aflição foi ainda maior quando no aumento de julho, ao invés de aumentar o valor a receber, o mesmo foi reduzido, com alegação de que o número de atendimento não correspondia à carga horária de 40 horas semanais; assim sendo, foi baixada para 30 horas semanais e tal valor subsidiário, seria então correspondente.

Justificativa que aliás não aceitamos, visto que, de acordo com instrução daquele órgão, o número de atendimento para convênio da carga horária de 40 horas semanais é de no mínimo 360 pacientes, sendo que o nosso boletim mensal nunca foi menos de 560 atendimentos.

Considerando que o número de servidores da entidade antes do convênio era de 7, e após este veio para 23 e, 2 Diretores licenciados, prestando serviços permanente ao Sindicato, isto é, ao trabalhador rural. Extraído da folha de pagamento do mês de abril, só o pessoal que presta serviços diretamente ao trabalhador, independente de ser ele sindicalizado ou não, soma-se a despesa de Cr\$ 68.372,40 — mais 1/12 de férias e 13.º — Cr\$ 5.691,71, indo para Cr\$ 79.767,91 mais os encargos sociais que é de 36,4%, totaliza-se a soma de Cr\$ 108.803,42 mensal. Haja visto que sobrecarrega de sobremaneira os cofres do Sindicato, uma vez que para tal só recebemos do FUNRURAL, agora INAMPS, o valor mensal de Cr\$ 60.100,00, tendo um "deficit" de Cr\$ 41.703,42, despesa essa apresentada de apenas pessoal, não incluindo: instrumental, material de consumo, material de limpeza, água, luz, sala, papéis, etc., o que seria naturalmente bem mais, contando ainda que todos os demais prestam serviços aos beneficiários do FUNRURAL independentemente de ser ele sindicalizado ou não, no preenchimento de fichas, encaminhamento a hospital, ambulatório, gabinete dentário etc.

Cumpramos-nos manifestar que somos gratos por esses benefícios que recebemos do governo através do órgão de previdência, aliás o trabalhador bem merece e necessita, o que não podemos é prejudicar o trabalhador, comprometendo a estrutura do Sindicato que vem sendo construído há 10 anos. Haja visto que até então dávamos ao sindicalizado toda assistência médica complementar não assistida pelo órgão e na situação que encontramos, nada mais lhe podemos oferecer.

Em atendimento às necessidades do trabalhador, montamos um Laboratório de Análises Clínicas, que custou para nós, muito trabalho, fé e perseverança. Tivemos que recorrer para tanto a campanhas e empréstimos bancários, comprometendo membros da diretoria por não poder ser feito diretamente para o Sindicato, por ser crédito pessoal. Graças a colaboração dos associados e os recursos a que recorremos, conseguimos pagá-lo.

A instalação e funcionamento do Laboratório teve início em 1.º de julho de 1977, data venia, que solicitamos ao ex-FUNRURAL, convênio para atendimento aos beneficiários, apesar da confirmação daquele órgão e constante solicitação reiterando, só em janeiro do corrente fomos convidados a assinar o contrato. Qual não foi a nossa desilusão, quando rece-

bemos o contrato com o valor de Cr\$ 4.800,00, que por força deste, o Sindicato terá que fazer todos os exames, de capacidade do Laboratório, totalmente gratuitos para todos os beneficiários e inclusive o empregador.

De conformidade com demonstrativo Vossa Excelência poderá confirmar os gastos para a instalação, temos despesas de aproximadamente Cr\$ 70.000,00 mensais, para sua manutenção. Que para tanto, recebemos dos trabalhadores 70%, 45% e 20%, do valor normal dos exames, o que no final do mês nem sempre dá para compensar as despesas. Lembramos ainda que só atingimos trabalhadores rurais, mais especificamente aqueles que consultam nos ambulatórios do Sindicato e hospital conveniente.

O Sindicato possui em bem imóvel o valor de Cr\$ 3.500.000,00, e em móvel Cr\$ 500.000,00, e de valor moral indiscutível e por tudo isto que pedimos:

1. Que o subsídio para o Laboratório seja de no mínimo 50% das despesas mensais, com o Sindicato comprometendo-se ao atendimento gratuito nos exames de rotina, a todos os beneficiários do INAMPS,

2. Que sejam pagos os subsídios correspondentes ao valor do custo da mão-de-obra profissional da região, pois sabemos que existe lugar em que um médico clínico geral, atende em todas as áreas de idade e especialidade, naturalmente neste caso o custo de seus serviços é bem menor. Em nossa região, mais precisamente nesta cidade, não ocorre o mesmo, pois Maringá é a terceira cidade do Estado, confirmada pela recente estatística da Universidade Estadual local, no seu sentido global. Portanto, o médico exerce a sua profissão obedecendo a rigor a sua especialidade. No quadro de profissional temos: 2 pediatras, 1 ginecologista, 1 clínico geral e 1 nefrologista (clínico), e, um clínico geral para cada ambulatório das sub-sedes. No gabinete dentário temos: 1 cirurgião-dentista e uma dentista. Embora este quadro de profissionais pareça bastante preciso e altamente de padrão, podemos adiantar que é grande o número de trabalhadores que volta sem o devido atendimento, face ao limitado número de fichas, os quais se deslocam para vários pontos da cidade à procura de médicos que a título de colaboração, façam desconto nas consultas, tais como: cardiologista, neurologistas, dermatologista, ortopedista, otorrinologista, hematologista, reumatologista, oftalmologista etc.

3. Que seja feito o pagamento em dia, tendo como base de referência o boletim do mês anterior, pois já sofremos graves dissabores por atraso de pagamento, inclusive ameaça de cobrança judicial, por médico. É sabido que de acordo com a legislação, a empregadora tem apenas 10 dias de tolerância para pagamento, enquanto que nós atrasamos de 60 a 90 dias; muitos foram os problemas de ordem administrativa criados por isso, uma vez que o profissional deixe de cumprir seus deveres quando não atendemos seus direitos, criando um sério problema uma vez que não podemos dispensar os infratores, por não dispormos de condições para pagar seus direitos.

4. Que sejam pagos 14 subsídios anuais para pagamento de férias e 13º salário, ainda que no mês de férias temos que colocar um substituto para que não aumente ainda mais o número de trabalhadores a voltar com o mesmo problema de não ter sido atendido.

5. Que seja de acordo com o nível salarial, no tempo e na percentagem, o índice de aumento do subsídio.

6. Que sejam dispensadas as GEB-L, Guias de Encaminhamento de Beneficiários, pois devido o grande número de trabalhadores é necessário um grande número de guias, no mínimo 5.000, o que fica dispendioso para o Sindicato, uma vez que para esse preenchimento é necessário um funcionário exclusivo, e agora sobrecarregado de sobremaneira, uma vez que o INAMPS não está fornecendo um número suficiente, forçando assim a aquisição ou confecção por parte do Sindi-

cato, sob a constante ameaça de suspensão de pagamento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, a inserção em ata de voto de regozijo pelo transcurso do 330º aniversário de Paranaguá, comemorado no último dia 29 de julho.

Pede-se, também, que a decisão do Plenário seja comunicada à Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 1º de agosto de 1978.

(a) Accioly Neto

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, com amparo no que dispõe o Regimento Interno, requer, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Saúde e Bem Estar Social, consubstanciado em apelo para que aquela autoridade determine através do departamento competente, a instalação de equipamentos odontológicos, estufa para esterelização, bandeja de aço inoxidável, compressor odontológico e um aparelho de Raio X, para o Posto de Saúde de Nova Esperança.

Sala das Sessões, em 1º de agosto de 1978.

(a) Manoel Gaona Garcia

JUSTIFICATIVA:

Nova Esperança, Senhores Deputados, pela sua situação geográfica, abriga centenas de famílias oriundas de seu interior, bem como de cidades menores circunvizinhas, famílias estas atingidas pelo flagelo ocasionado pela longa estiagem sofrida pelo nosso Estado, e, que vem à procura de melhores recursos principalmente se recorrendo em nosso Posto de Saúde.

O referido Posto, Senhores Deputados, não oferece a mínima condição de atendimento, em virtude do estado precário em que se encontra, necessitando o mais urgente possível de seu reaparelhamento.

Diante do exposto, solicitamos do Excelentíssimo Senhor Secretário da Saúde e Bem Estar Social, que determine, através do órgão competente providências para que se constate a veracidade de nossa reivindicação.

Projetos de lei:

PROJETO DE LEI Nº 106/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECLARA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Rio Azul, o imóvel de propriedade do Estado, constituído de uma área de terras com 07 (sete) alqueires, situada próxima ao quadro urbano da cidade de Rio Azul, confrontando com terras de José Kava, Teodora Sebastiana de Camargo, Estanislau Klamba e com o quadro urbano, contendo uma casa de morada construída de madeira, coberta de telhas, um depósito, estrebarias e cercas de arame, com um terreno gramado e faxinal, conforme Registro de Imóveis da Comarca de Rebouças, sob o n.º 1.219, de 20 de setembro de 1941, livro 3-A, fls. 24.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1º de agosto de 1978.

(a) Luiz Roberto Soares

JUSTIFICATIVA:

Imóvel de propriedade do Estado, cuja certidão anexamos, que se pretende seja doado ao Município de Rio Azul, será destinado à construção do reservatório de água da cidade além de, em razão do tamanho de sua área, à construção de

casas populares.

Pretende ainda a Prefeitura, em face da doação, aproveitar parte do terreno para construção de áreas de lazer, bem como um prédio onde deverá funcionar o setor de assistência social - SOS.

Os objetivos são os mais justos e necessários, razão pela qual a doação pretendida irá beneficiar grandemente o Município de Rio Azul.

PROJETO DE LEI Nº 107/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Ficam dispensados da prestação de exame psicotécnico os candidatos ao exame de habilitação para conduzir veículo automotor, na categoria de amador.

Parágrafo único — Os portadores da Carteira Nacional de Habilitação, na categoria de amador, quando da renovação do exame de sanidade física de que trata o art. 72, letra C, § 2.º, do Código Nacional de Trânsito (Lei nº 5108, de 21.9.66), não estarão sujeitos à prestação de exame psicotécnico.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1978.

(a) JORGE SATO

JUSTIFICATIVA:

A prática tem demonstrado que a exigência da prestação de exame psicotécnico somente é eficaz, assim mesmo de forma relativa, para os condutores de transporte coletivo e aos de cargas perigosas, vale dizer somente para os profissionais. No que diz respeito aos amadores, aqueles que não terão responsabilidade de condução de veículos de transporte coletivo ou de cargas, o exame se constitui unicamente num embaraçoso processo burocrático de obtenção de carteira, cujo único objetivo parece ser o de arrecadação da taxa estipulada. Ora, se o objetivo da repartição é arrecadar, isso pode continuar sendo feito. Servindo a taxa arrecadada para cobrir as despesas com a prestação do exame de sanidade física e mental, o qual, segundo disposição do Código Nacional de Trânsito, tem caráter eliminatório, possibilitando assim evitar que mesmo na categoria de amador sejam habilitados candidatos sem condições. O que nos parece perfeitamente dispensável é além do exame de sanidade física e mental, sujeitar-se o candidato a mais um exame, o psicotécnico, que a nada conduz no caso de amadores, e que é válido somente para os candidatos a motorista profissional. Daí o presente projeto de lei que oferecemos à consideração dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI Nº 108/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS PAIS CRISTÃOS", com sede e foro na cidade de Irati.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1978.

(a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública vem prestando relevantes e inestimáveis serviços, no campo da filantropia e assistência social, à comunidade da cidade de Irati, granjeando-lhe o reconhecimento municipal, através da Lei 260/62, daquele município.

A documentação que ao presente anexamos, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela legislação reguladora da matéria em nosso Estado.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 109/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "CENTRO SOCIAL DE BEM ESTAR AO MENOR DE BARRAÇÃO E DIONÍSIO CERQUEIRA", com sede na cidade de Barracão.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1978.

(a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos seja declarada de utilidade pública, possui o reconhecimento público municipal de Barracão, através da Lei Municipal 441/77.

Pelos seus relevantes e inestimáveis serviços que vem prestando no campo da filantropia e da assistência social à comunidade de Barracão, é que estamos apresentando o presente plano de lei, a fim de outorgar-lhe o reconhecimento público estadual.

A documentação que anexamos, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela legislação reguladora da matéria em vigor.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do Expediente.

A Presidência deseja comunicar ao Plenário que, durante o recesso parlamentar do mês de junho, a Mesa deu posse ao suplente Manoel Gaona, do Movimento Democrático Brasileiro, que assumiu uma cadeira de Deputado Estadual, na vaga aberta com o infausto e prematuro desaparecimento do eminente Deputado Benedito Lúcio Machado.

Deseja a Presidência, por outro lado, lembrar aos Srs. Deputados que, de conformidade com o que preceitua a Resolução nº 02/71, que alterou as disposições do Art. 197, do Regimento Interno, abre prazo para recebimento de emendas à Proposição 184/78, Emenda à Constituição do Estado do Paraná, que pretende que a alínea b, do § 1º, do Art. 92, da Constituição do Estado do Paraná, alterada pela Emenda Constitucional número 6, de 19 de abril de 1978, passe a ter a seguinte redação:

"b. Os juízes togados com investidura limitada no tempo, os quais terão competência para julgamento de causas de pequeno valor e de crime a que não seja cominada pena de reclusão, e poderão substituir Juízes Vitalícios"

A Presidência, portanto, na presente sessão, abre o prazo constitucional de três dias para recebimento de emendas. Após o que, a Assembléia constituirá Comissão Especial composta de cinco membros, para que, no prazo de vinte dias, opine sobre a proposta e as Emendas que porventura forem oferecidas no prazo agora aberto.

A Emenda Constitucional leva a assinatura constitucionalmente exigida.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo, inscrito.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, nobres Pares.

Reiniciamos, hoje, o segundo período legislativo de 1978. Venho à tribuna, Srs. Deputados, primeiramente para manifestar a minha reverência pelo Deputado combativo, dedicado, amigo, correto, que foi Benedito Lúcio Machado.

Deixar nos Anais desta Casa, Srs. Deputados, a minha reverência pelo companheiro que se foi. A minha certeza de que ele permanecerá vivo eternamente, porque a morte é simplesmente um boato. Deixar gravada a minha saudade.

E, por outro lado, Srs. Deputados, abrir os nossos braços ao companheiro eminente, de grandes lutas políticas, ao soldado inegociável, firme, da Democracia e da Liberdade. A este companheiro que assume a cadeira deixada por Lúcio Machado, que é o companheiro Manoel Gaona Garcia, a quem conhecemos há

muitos anos, representando o Paraná, mas sobretudo, uma comunidade exuberante, trabalhadora, que é o Município de Nova Esperança.

Ao companheiro Manoel Garcia as minhas boas vindas. Que V. Ex.^a possa traduzir, ao desempenhar as prerrogativas que a legislação lhe concede, como representante legítimo do povo do Paraná, defender os postulados da liberdade, da Democracia, da Justiça, da Ordem e do Direito.

Defender os meios legítimos e justos do povo.

Srs. Deputados, neste reinício de atuação parlamentar, é bom que se medite sobre os problemas gravíssimos que envolvem o País. Que tristeza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, lembrar a comédia que foi a reunião que S. Ex.^a o Sr. Presidente da República comandou no Palácio da Alvorada. Quando se tomou medidas, melhorando o preço do nosso café. Medidas que foram um autêntico presente de grego, à cafeicultura nacional.

Nesse mês de julho, de recesso, todos nós estivemos no interior, em contacto com os nossos agricultores. E já está patente na nossa cafeicultura uma preocupação pelo financiamento que o governo concedeu, logo após a trágica geada de 1975, para a receita do café. Financiamento concedido para o prazo para ser resgatado, em três anos, cujo vencimento será no próximo mês de outubro. E a cafeicultura, Srs. Deputados, que já está ressentida, magoada, machucada, por medidas inconvenientes, do Governo central, já se tumultua exatamente por esta circunstância.

Uma safra pequena, uma safra sem qualidade, onde o café que habitualmente oferece ao cafeicultor uma rentabilidade e em torno de 22, 23, 25 quilos por saca, não tem atingido 17, 18 quilos de renda. O pior do que isto é que a grande parte não chega a ultrapassar os 10 quilos de rentabilidade por saca de café em coco.

Evidentemente que a má qualidade e a pequena safra, deixou o cafeicultor empobrecido e totalmente sem condições de suportar o resgate desse financiamento.

Será que o Senhor Presidente da República, será que nossas autoridades econômicas do IBC e do Ministério da Agricultura haverão de se sensibilizar pelo problema e conceder uma prorrogação, prorrogação que não convence, mas convenceria sim, um congelamento total desses débitos para serem pagos em épocas favoráveis.

E o milho? O milho que o nosso produtor não conseguiu nem ao menos o preço mínimo, na penúltima safra. E teve que, evidentemente, optar para uma outra cultura, o milho que estamos importando da Argentina e de outros países.

O alho que o Brasil também não produz e que estamos a importar de outros países. A cebola também não foge à regra.

O algodão, cujo preço mínimo estabelecido pelo governo foi uma vergonha nacional, um completo desestímulo ao cultivador.

E o nosso rebanho bovino? Conversávamos, há poucos dias, com o dirigente do FIPRAN em Paranavaí, em companhia do candidato a Senador, Deputado Enéas Faria, abordando exatamente essa problemática que envolve nossa pecuária, onde o pecuarista, desassistido, vitimado por uma política retrocessiva, por uma política inconveniente, se vê forçado a comercializar seu gado sem atingir a ponderação de peso adequado, a invadir, a comercializar, as matrizes reprodutivas.

Estivemos, Srs. Deputados, participando da entrega de prêmios que a Secretaria da Agricultura, através da ACARPA, promoveu no Município de Mamoné, quando se encerrou mais um concurso de produtividade de soja. E ali se homenageou o sojicultor dedicado, esforçado, esperançoso, que aplicando seu suor, seu cuidado, a tecnologia para conseguir resultados de produtividade acima da média normal, o que mereceu a reverência do Poder Público.

Ora, Srs. Deputados, se contentou, efetivamente, o esforço do produtor. Mas, por outro lado, assistimos uma cerimônia

silenciosa, tão silenciosa que mais parecia uma cerimônia fúnebre. Por que? Porque, neste País, que em quatro anos duplica sua produção de grãos, que de 74 a 77, de uma produção de 20, 22, 25 milhões de toneladas de grãos, o Brasil, em 77, atingiu à produção de 50 milhões de toneladas. Se assiste, efetivamente, o esforço nacional do homem da lavoura para este País realmente uma produção redentora. Mas, por outro lado, se contempla o País, que no mesmo estágio viu duplicada sua dívida externa.

O Brasil que em 1974 devia ao exterior pouco mais de quinze bilhões de dólares, deverá chegar ao final de 1978, a quase quarenta bilhões de dólares, de dinheiro que deve ao exterior, dinheiro caro, dinheiro que nos custa praticamente a totalidade da nossa exportação e mais triste ainda, é se observar que, apesar de trabalhar mais, de produzir bem mais, a nossa lavoura está desalentada, desesperançada, desestimulada para poder produzir para o País, e o mais absurdo, Senhores Deputados, é que o País se encontra desorganizado, que a Nação está empobrecida e temos o povo do Paraná, que contemplar S. Ex.^a o Sr. Ministro da Fazenda, pisar o nosso solo, para dizer sabe o que? Que a culpada pela inflação brasileira é a agricultura.

Não poderia haver um achincalho, um desrespeito, uma desatenção, uma ofensa maior para este Estado que contribui com quase 20 por cento da totalidade das exportações do Brasil, do que essa atitude do homem responsável por essa abominável política financeira e econômica que está desgraçando a nossa Pátria, e que poderíamos, Senhores Deputados, neste instante em que a alma do trabalhador brasileiro pergunta: "Que País brasileiro é este que poderíamos nós registrar neste início de período legislativo? Senão, deixar o nosso voto de repúdio e de protesto, às atitudes de um Ministro da Fazenda completamente inexperiente, distante e desvinculado da real situação do País que ele dirige. É claro que a política agrária desse governo é uma política ultrapassada, totalmente carente de adaptação e de evolução.

Mas é muito mais grave, Senhores Deputados, que a filosofia que ordena, que comanda, que dirige as atitudes desse Ministro da Fazenda, o Sr. Mário Henrique Simonsen, deve merecer a nossa condenação mais ampla.

Deixo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o meu voto de repúdio ao Sr. Ministro Mário Henrique Simonsen.

Acredito até, Srs. Deputados, que esta Casa que representa o povo do Paraná, já deveria até ter aprovado moção a S. Ex.^a o Sr. Presidente da República, respondendo a ofensa deslavada que recebeu há alguns meses, interpretando o sofrimento que invade a agricultura deste Estado, que agora se vê ainda mais machucada com a fixação dos novos preços mínimos, (cento e noventa, duzentos), especialmente para um produto que é fundamental neste Estado, que é a soja, quando se esperava, pelo menos, cento e noventa, duzentos cruzeiros, vem o Governo fixar em cento e cinquenta, e as nossas autoridades produtivas afirmam que, apesar de tudo, será o fato de que o Banco Central autoriza até 60 por cento apenas no preço mínimo para financiamento e custeio, quando para se produzir uma saca de soja, se gasta muito mais do que Cr\$ 90,00.

O que vai restar ao produtor?

A não ser cobrir a diferença de custo, cobrir com dinheiro que ele não possui, e será obrigado a apelar para financiamentos em bancos particulares e ser explorado por uma taxa de juros, por um custo de financiamento inaceitável.

Ora, esse Ministro da Fazenda, esse mesmo Ministro da Fazenda, mentor da política econômica e financeira deste Governo, ao estabelecer as diretrizes de Governo de uma Nação a um Presidente contemplativo, exatamente, ele, por primeiro, ou um dos primeiros atos de sua gestão, foi estabelecer essa libertinagem de política de crédito nacional, essa permissividade que invade as instituições financeiras deste País, a cobrar o que querem, a expoliar, a empobrecer a Nação e a enriquecer

esse pequenínssimo grupo protegido pelo Poder Central.

Pois bem, Srs. Deputados, nós já deveríamos, pelas prerrogativas, pelas responsabilidades que temos, termos aprovado uma moção, Sr. Presidente, para que tivesse substituído esse Ministro Mário Henrique Simonsen, titular da Fazenda deste País, substituí-lo, porque, desde o princípio, a sua atitude tem sido, senão outra, de total agravamento para o País. É, realmente, uma política perniciosa para o Brasil que se debate para poder cobrir os juros de uma dívida externa inconcebível. De um País que dá suas mãos para ver se controla e combate uma inflação desumana, que só poderá, efetivamente, ser diluída com matéria prima, com produção que possa ser comercializada, vendida, trocada; que possa, em última análise, alimentar 70 por cento deste País, que está com fome.

Srs. Deputados, o Brasil precisa ser reestruturado; a Nação está desorganizada; quisera Deus que a desorganização fosse somente no campo político, no campo institucional, no campo do direito. Mas, lamentavelmente, no setor administrativo, é de assombrar, é de assustar o crime, que se propala e se dimensiona na Pátria.

Mas, é a consequência mais terrível e mais triste, junto do problema do menor abandonado, carente, que já ultrapassa a faixa dos 4 milhões em todo o Território Nacional.

Neste Estado fértil, abundante, exuberante, abençoado por Deus, já vegetam mais de 400 mil menores.

Ora, Srs. Deputados, até quando nós haveremos de suportar tamanha incapacidade e incompetência a dirigir os destinos desta nossa Pátria amada.

Até quando, Srs. Deputados, haveremos nós de oferecer anteparo, sustentáculo a esse sistema governamental? Eu já acho até, Srs. Deputados, que pouca importância terá, ou teria, ou tem o aspecto partidário, o MDB e a ARENA.

O fundamental é que os parlamentares, principalmente conscientizados para a realidade nacional, conhecendo o problema do comerciante, do funcionário público e do operário, conhecendo as tristezas, as agruras e as grandes injustiças desta política agrária e financeira, possam se irmanar independente de sua bandeira partidária, para poder dizer "não" a um Governo indefensável no aspecto da incompetência, da incapacidade e do arbítrio.

Srs. Deputados, em nome principalmente da agricultura do Paraná, que possamos nós neste período que hoje se inicia, unir os nossos esforços para combater a peleja que o povo do Paraná, que principalmente os agricultores paranaenses têm que travar, desencadear, deflagrar contra este estado de coisas, provocado exclusivamente pela incapacidade de um Governo amplamente incompetente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Restando sete minutos para se esgotar o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria, segundo orador inscrito.
O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Todos, os que nos acostumamos no cotidiano dos nossos trabalhos nesta Casa, a ver, a assistir e a sentir a presença e a atuação do Deputado Benedito Lúcio Machado, estamos ainda chocados e pranteando a sua ausência física hoje e para sempre nesta Casa, e perante o seu povo e a gente que aqui representava. Mas tenho certeza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho certeza que a passagem desse ilustre Deputado pela Assembléia Legislativa, marcada por uma atuação permanente e incisiva, haverá de fazê-lo presente sempre nos nossos trabalhos, nas nossas decisões e na nossa própria atuação. O esforço, a dedicação com que desenvolveu a sua representação, ainda e por muito tempo, permanecerá vivo nesta Casa e em cada um de nós.

Saúdo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a chegada a esta Casa, para honrar, para dignificar, como haverá de dignificar a nossa bancada e a Assembléia Legislativa do Estado, o emi-

nente Deputado Manoel Gaona Garcia. Aqui vem representando uma das regiões mais importantes do Estado do Paraná, aqui vem representando uma gente das mais conscientes e politizadas que tem em nosso Estado.

Quero e desejo formular a S. Ex.^a, neste resto de mandato que ele cumpre, desempenhar, quero desejar o melhor êxito, o melhor sucesso, na certeza que temos todos, que o conhecemos, que haverá de em todos os momentos e em todos os episódios, honrar e dignificar a sua representação, o seu povo e a sua região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A generosidade de meus companheiros de bancada, me fez ainda, ao final do ano passado, assumir a liderança da Oposição nesta Casa, a inteligência a ela somada, fez com que meus companheiros entendessem e já pronunciassem àquela época, que seria, e de maneira muito honrosa para mim, que seria chamado ao exercício de outra função partidária, à qual incompatibiliza-se pelo tempo, com o exercício da Liderança.

Fizeram-me os Deputados do MDB, o líder de sua bancada. Durante esse período que hoje se esgota, procurei, Senhores, sem as luzes da inteligência de tantos, sem o talento da vocação de tantos, sem o brilho e a rutilância de tantos, procurei modesta e humildemente desempenhar, o papel que me era reservado. Procurei, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com todas as minhas forças e energias, liderar a bancada em favor dos mais altos e mais autênticos interesses do Paraná e da gente paranaense; procurei com todas as energias e todas as forças, liderar a bancada, em favor e na defesa da grande luta que enfrenta a Nação brasileira. Na busca e na reconquista da Democracia da Lei e da Liberdade.

Quero agora, quando deixo esta função que tanto me honrou, que tanto me orgulha, que tanto me enobreceu, quero testemunhar e documentar que em todos os instantes e em todos os momentos, em todas as horas e em todos os dias, se pude ser feliz, se pude cumprir o trabalho, se pude dar conta da tarefa, foi porque sempre tive ao lado, companheiros dedicados, sérios, leais e altamente preocupados e interessados, com os verdadeiros interesses da gente do Paraná e da gente brasileira. Quero, de público, nesta Casa, para que aqui se registre, depositar a minha homenagem e o meu agradecimento, aos eminentes, nobres, cultos, valorosos e corajosos Deputados do MDB, vanguardistas da grande luta nacional, porque sempre assumiram com firmeza e autenticidade, a postura de combatentes da melhor causa, pela qual se luta neste País hoje. Quero, Sr. Presidente, pessoalmente, agradecer a cortesia, lhanza que sempre me deferiu a Presidência, a Comissão Executiva e a Mesa desta Casa. E quero, em especial, documentar também, a minha gratidão ao eminente Líder da ARENA, que, com a sua cultura, o seu talento e sua elegância pode sempre e, até mesmo, nos episódios mais espinhosos que aqui tivemos, pode sempre me tributar, com muita honra para mim, respeito e consideração.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, sente-se honrado o MDB, o MDB sente-se feliz, o MDB sente-se em mãos seguras e em mãos firmes, porque, a partir de hoje, assume o comando da bancada desta Casa um dos seus mais ilustres membros, um dos seus mais inteligentes Deputados, um dos seus mais aguerridos combatentes aqui nesta Assembléia Legislativa.

A Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, do Legislativo Estadual, passa às mãos firmes e honradas, passa à capacidade comprovada, ao talento testado, à inteligência manifestada do ilustre Deputado Nilso Sguarezi. Tenho certeza, Sr. Presidente, que S. Ex.^a assumindo agora, como assume, neste período dos mais difíceis, neste período dos mais tumultuados para a vida desta Casa de, mais uma vez, — porque em instante adverso, haverá de, mais uma vez, dar demonstração cabal de sua capacidade, de sua qualificação. Haverá de, novamente, demonstrar do quanto tem sido e do quanto é capaz, em

favor não só da luta emedebista, mas, principalmente e, acima de tudo, em favor do Paraná e em favor do Brasil.

Estamos aí, Sr. Presidente, com matérias e questões de mais alta indagação e de mais alta importância. Questões que serão feridas, serão travadas nesta Casa, nos próximos dias e nos próximos meses. Caberá a S. Ex.^a nos conduzir nestes episódios. Mas tenho certeza, mais do que tudo isto, caberá ao eminente Deputado Nilso Sguarezi, nos conduzir a um trabalho efetivo, permanente, e indormido em favor da grande causa da gente brasileira, em favor da Liberdade, da Lei e da Democracia.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)
O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência tem imensa satisfação de registrar, neste plenário, a presença do Sr. Armindo Ficher, Prefeito Municipal de Nova Santa Rosa. Registra igualmente com satisfação, a presença dos Srs. Leopoldo Schirmer e Arnaldo Bloch, Vereadores do Município de Nova Santa Rosa.

No horário reservado ao Movimento Democrático Brasileiro, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero me associar às palavras proferidas pelo eminente ex-líder da nossa bancada, quando se referiu ao nobre Deputado Benedito Lúcio Machado, recentemente falecido. E também trazer as boas vindas ao novo Deputado que assumiu, durante o recesso parlamentar, o companheiro Manoel Gaona.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, aqueles que entendem de agricultura, sabem que os agrônomos têm dois nomes para a erosão. Uma, a erosão tradicional, do Noroeste do Estado, por exemplo, facilmente perceptível.

A outra, é a erosão lamelar, existente no oeste e sudoeste do nosso Estado, e que imperceptível, levando nossas riquezas para os rios e de combate muito mais difícil do que a outra.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, também no Brasil, a corrupção, poderíamos dizer, se classifica em duas: uma, facilmente perceptível, é a corrupção dos Lutfallas, a corrupção das financeiras, a corrupção dos dinheiros das empreiteiras da Transamazônica, a corrupção dos homens citados pelo Gal Hugo Abreu.

A outra, é a corrupção da qual todos nós compartilhamos no dia a dia; é a corrupção imperceptível que leva todo o povo, toda a autoridade, a se colocar dentro dela, sem se perceber. É a corrupção das mordomias, é a corrupção das gratificações; é a corrupção, enfim, dos altos salários; é a corrupção que o povo acaba por não enxergar. O povo que paga aquela corrupção, acaba por não a perceber. É a corrupção que este Deputado chama de corrupção lamelar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Lê):

“Permitam-me dirigir-me hoje, em especial aos funcionários desta Casa, estes mesmos funcionários que tempos atrás, foram mal informados por colegas altamente interessados e interesseiros sobre a posição deste Deputado, em relação à classe.

Também funcionário público, venho assistindo, impotente, a ascensão de uma nova burocracia, altamente elitista, característica dos regimes ditatoriais, que sob o roto argumento da necessidade de dinamizar os serviços públicos nada mais faz do que incensar os que estão no Poder, isolando-os dos governados, qual camada impermeável.

Quer no Executivo, com suas incontroláveis, luxuosas, independentes e quase sempre ineficientes companhias e empresas de economia mista, quer no Legislativo e Judiciário com seus cargos em comissão, suas gratificações, suas ajudas de custo, suas mordomias, mais e mais se acentua o desnível entre o funcionário do dia a dia e os ungidos do chefe.

À zeladora reserva-se um salário inferior ao mínimo, se sorte tiver, pois, caso contrário, as chamadas empresas prestadoras de serviço estão aí com regimes de trabalhos e ordena-

dos que envergonhariam o mais carrasco dos donos de engenho da época da escravidão.

Ao professor, sob a sempre presente alegação de falta de recursos, reserva-se o direito de trabalhar 10 horas por dia para poder ter um salário de subsistência.

Ao motorista, ao auxiliar, ao datilógrafo, ao técnico em administração, ao fiscal, enfim, a todos os que, um dia se aventuraram a entrar para os Quadros do Estado, resta a esperança de um dia se aposentar para poder em outra atividade, talvez, sonho quase impossível, levar um filho à Universidade e ter uma vida digna.

Dentro desses parâmetros é que se deve discutir o projeto de lei que foi vetado pelo Senhor Governador.

Vejam, Srs. Deputados, e em especial os Srs. funcionários, a diferença de tratamento dado a duas proposições analisadas nesta Casa:

Uma a que ora está sendo discutida e de autoria da própria Mesa Executiva, outra a de autoria do Executivo, o Projeto de Lei n.º 92/77, que, pelo seu artigo segundo, foi criticada por este Deputado na Sessão do dia 29 de setembro de 1977, e que pretendia e conseguiu, fazer “remendos” no Quadro de Pessoal nesta Casa.

A primeira voltada ao funcionário em geral. A segunda, aos mais privilegiados.

Como se lê no Diário da Assembléia do dia 29/9/77, pág. 03, assim me manifestei na oportunidade: “Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero alertar à Casa neste momento, para não ver esta Assembléia Legislativa mancheteada amanhã, se aprovado este projeto, com aposentadorias que serão taxadas de irregulares como as feitas pelo Tribunal de Contas.

Não estarei mancomunado, se tal fato vier a ocorrer. Defendo e defenderei nesta Casa, que a Mesa Executiva tomou providências imediatas, para que tenhamos um quadro próprio, realmente estruturado em função desta Casa. O momento, Srs. Deputados, é de seriedade. Se merecem os ilustres funcionários, velhos ou novos, de curso primário ou de curso superior, merecem a reestruturação desta Casa, tenhamos força de executá-la, mas não fiquemos aí, a emendar, correndo o risco de amanhã termos esta Assembléia mancheteada com aposentadorias talvez totalmente regulares, mas que dificilmente serão compreendidas pelo povo paranaense”.

Quando da votação do Projeto de Resolução 04/78, que estabelecerá critérios para provimento dos cargos, novamente me manifestei votando contrariamente, conforme declaração de voto que consta no Diário do dia 30/05/78, pág. 04.

Infelizmente, as previsões deste Deputado eram corretas.

O Quadro de Pessoal, de autoria da Mesa Executiva com o veto do Sr. Governador.

O Projeto de Lei 92/77, vindo do Palácio, hoje transformado em Lei, a colocar em dúvida, como previ, não a regularidade, mas a moralidade de certas aposentadorias, senão vejamos para exemplificar:

a). Pelo Decreto Legislativo n.º 347/78, de 28/6/78, uma funcionária era provida no Cargo de Secretário de Comissão, Diário da Assembléia, número 77, pág. 22.

b). No dia 06/07/78, a mesma foi aposentada conforme Decreto Legislativo n.º 362/78, Diário da Assembléia de 19/7/78, com vencimentos de Cr\$ 31.214,44.

c). Presumivelmente na vaga, pelo Decreto Legislativo n.º 366/78, de 11/07/78, novo funcionário foi nomeado.

d). Pelo Decreto Legislativo 373/78, de 13/7/78, o mesmo funcionário foi aposentado com vencimentos de Cr\$... 29.296,24.

e). No dia 14/7/78, na vaga aberta, pelo Decreto Legislativo 374/78, foi nomeado novo funcionário.

Deixo a todos os funcionários, a todos os Srs. Deputados, e em especial ao Ex.^{mo} Sr. Governador do Estado, de quem partiu a iniciativa do Projeto de Lei 92/77, a análise deste episódio.

Apelo aos membros desta Casa que comparem o tratamento dado ao Projeto de Lei nº 92/77 e ao que reestrutura o Quadro de Pessoal do Legislativo”.

Um, atendendo as classes mais humildes de servidores. O outro, atendendo uma pequena parcela de privilegiados.

Temos que transformar esta Casa, Srs. Deputados, numa casa onde os projetos sejam discutidos, numa Casa que não pode e não deve ser elitista, porque se elitistas formos, Srs. Deputados, manifestações como a transcrita na revista “Veja” desta semana, assistida por mim e pelo Deputado Nilso Sguarezi, de que os homens só cairão na base do pau e está na revista desta semana, manifestação como a que este Deputado ouviu durante todo esse mês, de que solução não há mais para o Brasil.

Manifestação de zeladoras que tem que ir à justiça para ganhar um 13.º salário.

Srs. Deputados, se não deixarmos de ser elitistas, senão combatermos também a corrupção, corrupção que leva aos poucos a imperceptíveis frutos da vontade da corrupção maior, não teremos moral para combater a verdadeira corrupção deste País e as nossas casas, os nossos filhos, lamentarão muito quando o povo realmente descobrir que representantes seus têm tido posições elitistas.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Para falar no horário reservado à Aliança Renovadora Nacional, concedo a palavra ao Sr. Líder da Arena, Deputado Luiz Roberto Soares. O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Incumbe-me manifestar o total pesar pela ausência nesta Casa, do eminente Deputado do MDB, Benedito Lúcio Machado, falecido há alguns dias.

Era, sem dúvida nenhuma, um homem explosivo, temperamental e impulsivo, mas gradativamente foi ganhando a afeição de seus colegas nesta Casa, porque sabíamos que sua impulsividade, o seu denodo, a sua garra, eram sempre inspirados pelo desejo de servir bem a comunidade que representava e não só porque vislumbrávamos esta inspiração, que aprendemos a admirá-lo, porque sabíamos, também, que a tempestade que ele fazia emergir, cessava prontamente e sabia resolver os seus desentendimentos a nível de Plenário, encerrando aqui, os conflitos tempestuosos que seu temperamento provocava.

Como líder da Aliança Renovadora Nacional, como líder do Governo, falando em nome da nossa bancada, queremos manifestar ao Partido da Oposição nosso pesar e, hoje mesmo, em companhia do Deputado Nilso Sguarezi, requeremos à Presidência que a Sessão de amanhã seja dedicada à sua memória, como um preito de reconhecimento pela sua exemplar dedicação a um mandato que foi buscar, legitimamente, no povo.

Eu também, quero me valer desta oportunidade, para apresentar ao Deputado Enéas Faria, que hoje deixa a Liderança do MDB, o meu reconhecimento e de toda nossa bancada, pela maneira sempre cavalheiresca e sempre elevada, com que se portou como Líder de seu Partido. O Deputado Enéas Faria, que, durante muito tempo cingia suas atividades políticas na Câmara de Vereadores de Curitiba, emergiu para a vida política do Paraná com grande brilhantismo e com uma votação tão expressiva que o faz, hoje, candidato do Partido da Oposição, à mais alta Casa do Congresso Nacional. Nós que aprendemos a admirá-lo, que sempre sabíamos, embora às vezes, discordássemos dele, sabíamos que defendia com honestidade, com convicção as causas que entendera justas; lamentamos que tenha deixado a Liderança de seu Partido e é de justiça imperiosa reconhecer que foi, realmente, um líder autêntico que com muito ardor, com muita combatividade, defendia o seu Partido e seus companheiros e manteve, conosco, um diálogo sempre elevado que faz com que reconheçamos sempre nele, embora não mais

oficialmente Líder, um líder permanente desta Casa.

Queira receber as minhas congratulações, as minhas despedidas, e quero que saiba que não só de minha parte mas, tenho certeza que esta, também é a convicção de todos os nossos companheiros, V. Ex.ª terá sempre nosso respeito e nossa amizade.

Ao mesmo tempo, saúdo o novo Líder do Movimento Democrático Brasileiro, Deputado Nilso Sguarezi, representante do Sudoeste, juntamente com o Deputado Deni Schwartz, pelo MDB, nesta Casa, e tenho certeza que haveremos de continuar no mesmo tom, e com a mesma elevação de propósitos os nossos conflitos partidários, próprios da vida parlamentar, mas sem que a respeitabilidade, sem que a ética parlamentar seja alguma vez ferida e arranhada.

Meus parabéns ao Deputado Nilso Sguarezi, que hoje inaugura sua liderança no MDB e auguro que V. Ex.ª, Deputado Nilso Sguarezi, tenha igual sucesso na condução da sua bancada.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiados** — Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado**. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado**. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria que se encontra sobre a mesa:

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Luiz Roberto Soares, constantes do expediente, solicitando que o expediente da Sessão Plenária de amanhã, dia 2, seja dedicado inteiramente à memória do ex-Deputado Lúcio Machado. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Eduardo Bigaton. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Chede, ex-Deputado Estadual. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual, João Chede. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Octávio Periotto. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 330º aniversário de Paranaguá, comemorado no último dia 29 de julho. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Generoso Marques dos Santos Neto. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Herdelindo Domingos Bazzo, ocorrido em União da Vitória. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Superintendente Regional do INAMPS, encarecendo providências para as reivindicações formuladas pelo Sindicato

dos Trabalhadores Rurais de Maringá, em favor da classe beneficiária daquele Instituto. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Manoel Gaona Garcia, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, consubstanciado em apelo no sentido de que determine através do departamento competente, a instalação de equipamentos odontológicos, para o Posto de Saúde de Nova Esperança. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente anterior, com sua discussão adiada, solicitando voto de solidariedade ao Senador Franco Montoro, pela emenda constitucional apresentada com vistas a restabelecer, de imediato, as eleições diretas para Governador do Estado e para Senador. — Aprovado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem). — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência deferre. E adverte os Srs. Deputados que colocará em votação de forma inversa, regimentalmente, para colher manifestação do Plenário.

(É feita a verificação). — (Pausa).

11 Srs. Deputados aprovam; 2 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para deliberação, e nem para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 2, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 181/77, 28, 32 e 45/78 e de Resolução n.º 86/78.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 05/78.

A Presidência lembra aos Senhores Deputados, que a Sessão de amanhã terá o seu expediente todo, dedicado à memória do ex-Deputado Lúcio Machado.

Levanta-se a sessão.

O Presidente da Comissão de Concurso, da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista a exiguidade do tempo, face às disposições da Lei Eleitoral,

RESOLVE

ADIAR, para época oportuna a realização das provas referentes aos concursos públicos de:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
AUXILIAR LEGISLATIVO
ESCRITURÁRIO
CONTABILISTA.

cujas provas eliminatórias deveriam ser realizadas no dia 5 (cinco) do corrente, às 13,30 horas.

A nova data da realização das provas será comunicada aos candidatos inscritos, através da imprensa, com antecedência mínima de 8 (oito) dias.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Presidente

ATA DA COMISSÃO DE CONCURSO, INSTITUÍDA PELO DECRETO N.º 311/78

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de julho de 1978 (hum mil novecentos e setenta e oito), às 10,00 (dez) horas, na sala da Diretoria Geral, compareceram os funcionários FAUSTO LUIZ ABRY - Presidente, PAULO DO CANTO PACHECO, WALTER JOSÉ PEIXER, LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP, ALCEU ALVES PASSOS, BLUMER BOSQUILIA e LUIZ CARLOS MOLINARI, membros da referida Comissão, todos funcionários estáveis do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia. Sob a presidência do Senhor FAUSTO LUIZ ABRY -

presidente desta Comissão foram analisadas, discutidas e aprovadas as inscrições dos candidatos em números de 439 (quatrocentos e trinta e nove), sendo: 31 (trinta e uma) da carreira de CONTABILISTA; 274 (duzentos e setenta e quatro) da carreira de AUXILIAR LEGISLATIVO; 102 (cento e duas) carreira de ESCRITURÁRIO e 32 (trinta e duas) da carreira de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. Conforme solicitação deferida por esta Comissão, do candidato ALCIDES PALUDO, foi cancelada sua inscrição de n.º 107, da carreira de Auxiliar Legislativo, sendo também devolvida toda a documentação ao candidato. Com a desistência do candidato citado acima, o número de inscrições para a carreira de Auxiliar Legislativo ficou sendo 273 (duzentos e setenta e três). Esta Comissão indeferiu pedido de inscrição do candidato WILSON ERASMO REBELLO, por contrariar as exigências dos Editais de Concurso. O Senhor Presidente designou os funcionários abaixo relacionados, para comporem a Banca Examinadora deste Concurso, conforme segue: PORTUGUÊS: Coordenador RUY FERRAZ DE CARVALHO - Membros: VIDAL VANHONI, LAERTES LUIZ FOGGIATO, FRANCISCO DRANKA, JOSÉ RENATO DUARTE, REGINALDO FANCKIN, ALBINO DE BRITO FREIRE, LÚCIA MARIA DA VEIGA SEGGAL, JOAQUIM ROBERTO MUNHOZ DE MELLO, PAULO HENRIQUE DE ARRUDA GONÇALVES e FRANCISCO JOSÉ DA CUNHA GEBRAN. CONTABILIDADE: Coordenador AIMORÉ OD ROCHA - Membros: GABRIEL LUIZ FRANCESCHI, VALTER ANTÔNIO MARCHIORATO, LELINGTON LOBO FRANCO e LUIZ FERNANDO TATARA RIBAS. O.S.P.B.: Coordenador JOSÉ RENATO DUARTE - Membros: VIDAL VANHONI, RUY FERRAZ DE CARVALHO, FRANCISCO DRANKA, MANOEL AGUIAR FILHO, LÚCIA MARIA DA VEIGA SEGGAL, TEZINHA FORMIGUERISIMÕES, REGINALDO FANCKIN e JOAQUIM ROBERTO MUNHOZ DE MELLO. MATEMÁTICA: Coordenador LELINGTON LOBO FRANCO - Membros: UAHIB ABRAHÃO TANUS, AIMORÉ OD ORCHA, GABRIEL LUIZ FRANCESCHI, VALTER ANTÔNIO MARCHIORATO, FARID LUIZ GUÉRIOS e ELEOVAN CEZAR RIBEIRO. GEOGRAFIA: Coordenador PAULO HENRIQUE DE ARRUDA GONÇALVES - Membros: JOSÉ RENATO DUARTE, FRANCISCO DRANKA, REGINALDO FANCKIN, VIDAL VANHONI, LÚCIA MARIA DA VEIGA SEGALL e GABRIEL QUESADA FILHO. PROVAS PRÁTICAS: Coordenador ABEL MARCHIORATO - Membros: JOSÉ CHECHELISKI, ANTÔNIO GULBINO, RAUL WOLFF, JAIR CORDEIRO FERREIRA ALVES, JANDIR NARDIN, LUIZ CARLOS MONTEIRO e NELSON FERREIRA DE ARAÚJO FILHO. Nada mais havendo a tratar, fica encerrada a presente reunião, da qual, eu LUIZ CARLOS MOLINARI, Secretário designado, lavrei a presente ATA que, após lida, discutida e achada conforme, será assinada por mim, pelo senhor presidente e pelos demais membros.

Curitiba, 26 de julho de 1978.

(aa) FAUSTO LUIZ ABRY - Presidente

LUIZ CARLOS MOLINARI - Secretário

LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP - Membro

PAULO DO CANTO PACHECO - Membro

WALTER JOSÉ PEIXER - Membro

ALCEU ALVES PASSOS - Membro

BLUMER BOSQUILIA - Membro

Portarias:

PORTARIA N.º 264/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6835, de 12 de julho de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar a pedido, a Portaria n.º 633/77, de 22 de agosto de 1977, que autorizou a funcionária JULIETA ROSA SAMPAIO, matrícula n.º 472, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus respectivos vencimentos, no Departamento Administrativo; e,

II — revogar a pedido a Portaria n.º 419/77, de 19 de maio de 1977, que

designou a funcionária acima mencionada, para prestar serviços no Departamento Administrativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 31 de julho de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral

PORTARIA N.º 265/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6835, de 12 de julho de 1978, deste Poder,

R E S O L V E :

I – designar a funcionária JULIETA ROSA SAMPAIO, matrícula n.º 472, ocupante do cargo de nível PL “23”, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do Governo; e,
II – autorizar a funcionária acima citada a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao Gabinete da Liderança do Governo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 31 de julho de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral

PORTARIA N.º 266/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6950, de 19 de julho de 1978, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 864/77, ao funcionário ÊNIO MEDEIROS, matrícula n.º 010, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 31 de julho de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral

Decreto Legislativo:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 377/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6435, de 03 de julho de 1978, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder à funcionária MARIA STELLA MADER DO AMARAL GURGEL, matrícula n.º 105, ocupante do cargo isolado de provimento efetivo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 30 de maio de 1978, data em que completou trinta e dois (32) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%), de acordo com o Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 28 de julho de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI – 2.º Secretário

Ata – Comissão Executiva

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA EGRÉGIA COMISSÃO EXECUTIVA, REALIZADA NO DIA 06 DE JULHO DE 1978, COMO ABAIXO SE DECLARA.

Aos seis dias do mês de julho do ano de hum mil novecentos e setenta e oito, no Gabinete do Presidente desta Casa, Deputado Ivo Thomazoni, presentes também os Excelentíssimos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo da Silva e José Domingos Scarpellini, primeiro e segundo Secretários, respectivamente, comigo Fausto Luiz Abry, Diretor Geral e Secretário da douta Comissão Executiva, compareceu o Senhor Manoel Gaona Garcia, o qual foi previamente convocado pela egrégia Comissão Executiva para assumir a cadeira de Deputado, vaga em decorrência da morte do Deputado Benedito Lúcio Machado. Nestas condições, após ter apresentado seu diploma, declaração de bens, cumpri-

do, conseqüentemente, as formalidades constitucionais e regimentais e de ter prestado o compromisso nos termos seguintes: “Prometo guardar a Constituição Federal e a do Estado, desempenhar fiel e lealmente o mandato que me foi confiado e promover o bem do Paraná”, foi o mesmo cidadão, Senhor Manoel Gaona Garcia, empossado pelo Senhor Presidente, nos termos do Inciso IV, do Artigo 25, do Regimento Interno. E, por ser verdade, lavrei a presente ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai por mim assinada, pelos Senhores Deputados, membros da douta Comissão Executiva, pelo empossado e demais presentes convidados para este ato.

Gabinete da Presidência, em 06 de julho de 1978.

(aa) Dep. IVO THOMAZONI – Presidente

Dep. QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

Dep. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI – 2.º Secretário

Dep. MANOEL GAONA GARCIA

FAUSTO LUIZ ABRY (Diretor Geral e Secretário desta comissão)

Relação dos Bens

MANOEL GAONA GARCIA

CPF n.º 023.919.539-68

Av. 14 de Dezembro, 311

NOVA ESPERANÇA - PR

Relação dos BENS, existentes em 05 de julho de 1978

IMÓVEIS:

FAZENDA SANTA LUZIA – Constituída pelos lotes rurais n.ºs 85, 86 e 87 - com a área de 50,00 alqueires paulista, em sociedade com Manoel G. Matheus, situada no Município de Nova Esperança – Paraná Cr\$ 214.500,00

LOTE URBANO 20-A – Quadra 25 - Nova Esperança, Paraná, com 1 (uma) casa residencial de alvenaria Cr\$ 15.000,00

SÍTIO SÃO CARLOS – Constituído pelos lotes 4 e 103, com a área de 27,50 alqueires paulista, em sociedade com Antônio G. Garcia, situado em Nova Esperança, Paraná Cr\$ 80.000,00

LOTES RURAIS 28-A, 29 e 69-D – Gleba São Francisco, cidade de Corpus Cristi, República do Paraguai, com 132,00 alqueires paulista, em sociedade com Pedro G. Garcia Cr\$ 39.250,00

LOTE URBANO 6-A - Quadra 20 - Nova Esperança, Paraná Cr\$ 6.000,00

LOTE URBANO 33 – Quadra 217 e 10 da Quadra 173 – situado em N. S. Fátima - Goiás - GO Cr\$ 200,00

LOTE URBANO 2 – Quadra 25 - Jardim Glória, em Maringá Paraná Cr\$ 25.000,00

VEÍCULOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS

Trator EAI-73/695, com trilhadeira, em sociedade com Manoel G. Mateus Cr\$ 34.027,00

COTA DE CAPITAL:

Integr. na firma: M. Gaona Garcia & Cia. Ltda., com sede em Nova Esperança - Paraná Cr\$ 340.000,00

INVESTIMENTOS:

3.970 ações do Banco Itaú S/A. Cr\$ 3.970,00

500 ações da Emp. Maranhense de Mineração Cr\$ 500,00

1.420 ações da Ref. Exp. de Petróleo União S/A. . Cr\$ 1.420,00

1.000 idem Cr\$ 1.000,00

12.000 ações da Compesca - Cia. Bras. de Pesca. . Cr\$ 17.400,00

500 ações da Cia. Iguaçu de Café Solúvel Cr\$ 500,00

5.000 ações das Centrais Elétricas de Minas Gerais . Cr\$ 5.000,00

2.000 ações da Cia. Alterosa de Cerveja Cr\$ 2.000,00

1.816 ações do Bradesco S/A. Cr\$ 1.816,00

5.735 ações do Bco. Mercantil de S. Paulo S/A. . . Cr\$ 5.735,00

9.528 ações do Banco do Brasil S/A. Cr\$ 29.129,00

166 ações da Vemag S/A. Cr\$ 166,00

2.307 ações da Telepar S/A Cr\$ 2.307,00

Fundo Noroeste de Investimentos Cr\$ 4.953,00

Fundo Banestado - 157 Cr\$ 2.152,00

Banco Merc. de São Paulo S/A. - Dep. Prazo Fixo . Cr\$ 250.000,00

TOTAL Cr\$ 1.082.025,00

(Hum milhão, oitenta e dois mil e vinte e cinco cruzeiros).

A presente declaração é expressão da verdade.

Nova Esperança, 05 de julho de 1978.

(a) MANOEL GAONA GARCIA